



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 559930 - GO (2020/0025089-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MARCOS ROCHA DE AMORIM FILHO
ADVOGADO : MARCOS ROCHA DE AMORIM FILHO - DF025728
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : W S DE C S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 217-A DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REGULAR ANDAMENTO DO FEITO. IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS. EXPEDIÇÃO DE INÚMERAS CARTAS PRECATÓRIAS. POSSÍVEL RECAMIAMENTO DE PRESO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **W S de C S**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Goiás (HC n. 5718077.41.2019.8.09.0000 - Processo n. 13877-25.2019.8.09.0160).

Narram os autos que o paciente, denunciado pela suposta prática da conduta tipificada no art. 217-A do Código Penal (prática de vários atos libidinosos diversos da conjunção carnal com sua enteada, menor nascida em 2008), foi preso preventivamente, em 18/6/2019, na Comarca de Bom Jesus/PI, por força de mandado de prisão expedido pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Novo Gama/GO, quando do recebimento da denúncia.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada pelo Tribunal local em acórdão assim ementado:

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE. NÃO CONHECIMENTO NESSA PARTE. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. BONS PREDICADOS PESSOAIS. INSUFICIÊNCIA. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRAZO NÃO EXTRAPOLADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

I – O *habeas corpus* não se presta a examinar a tese de que o paciente não praticou o delito que lhe é imputado, por tratar de questão afeta à prova, a ser apreciada na ação penal, após um apurado exame das provas colhidas ao longo da instrução processual.

II – Fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, alicerçada nas condições autorizadoras do artigo 312, do Código de Processo Penal, indicando elementos que evidenciam a necessidade da medida extrema, não merece modificação.

III – Os alegados bons atributos pessoais do paciente, não bastam por si sós para revogar a prisão preventiva.

IV – A segregação do paciente não afronta o princípio da presunção de inocência ou outros preconizados constitucionalmente, tendo em vista que o artigo 5º, inciso LXI, da Lei Maior, admite o cerceamento cautelar da liberdade quando presentes os seus requisitos e devidamente fundamentada a decisão.

V – Se o decreto prisional alicerçou nos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, são inaplicáveis as medidas cautelares diversas do cárcere, listadas no art. 319 do mesmo Diploma, por se revelarem incompatíveis com a segregação necessária à cautela (garantia da ordem pública).

VI – Tendo em vista que o processo está tramitando regularmente, revelando ausência de desídia da máquina judiciária, já tendo inclusive, sido realizada audiência de instrução e julgamento no Juízo de origem, estando aguardando informação sobre a realização do interrogatório do paciente por meio de carta precatória, não se vislumbra a existência de gravame a ser reparado pela via mandamental.

ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

Alega o impetrante, no presente *writ*, constrangimento ilegal consistente no excesso de prazo para a formação da culpa, pois o paciente está preso preventivamente pelo lapso temporal de mais de 240 dias (fl. 12), sem que tenha sido determinado o seu recambiamento para a cidade de Novo Gama.

Registra que a inércia não pode ser atribuída à defesa, que vem prestando as informações necessárias ao Juízo de Novo Gama/GO (fl. 16).

Postula, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão do paciente, assegurando-lhe o direito de se submeter ao julgamento em liberdade (fl. 16).

Liminar indeferida às fls. 74/77.

Prestadas as informações (fls. 83/115 e 121/124), opina o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou pela denegação da ordem, mediante os fundamentos sintetizados nesta ementa (fl. 152):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REGULAR ANDAMENTO DA AÇÃO PENAL. CARTA PRECATÓRIA. POSSÍVEL RECAMBIAMENTO DE PRESO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PELO NÃO CONHECIMENTO DO *HABEAS CORPUS* OU PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM, RECOMENDANDO-SE AO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCERRE A INSTRUÇÃO CRIMINAL O MAIS BREVEMENTE POSSÍVEL.

É o relatório.

Com razão o nobre parecerista: o inconformismo não merece acolhimento.

Busca a defesa a revogação do decreto prisional, em razão do excesso de prazo para a formação da culpa.

No entanto, consta do acórdão recorrido (fl. 19 - grifo nosso):

[...] Por fim, sobre o alegado excesso de prazo para formação da culpa, com efeito, pacífica é a orientação dos Tribunais Pátrios no sentido de que os prazos fixados para o encerramento do processo não têm natureza peremptória, subsistindo apenas como referencial para verificação de eventual extrapolação, de sorte que a superação deles não implica necessariamente em flagrante e imediato reconhecimento de ilegalidade, podendo ser excedidos com arrimo em melhor juízo da razoabilidade, considerando-se, para tanto, as particularidades do caso concreto.

Dessa forma, a concessão de *writ* em razão da configuração de excesso de prazo é medida excepcional, somente admitida em hipóteses em que a demora possa ser única e exclusivamente atribuída à inércia ou desídia do próprio Judiciário, ou seja, decorrente de diligências requeridas pela acusação ou determinadas de ofício pelo juízo competente, de forma que impliquem em ofensa ao princípio da razoabilidade.

No presente caso, **referente ao recambiamento do paciente da Comarca de Bom Jesus/PI para Novo Gama/GO, o que, em tese, teria ocasionado a demora para conclusão da instrução penal, não assiste razão à impetração**, pois, como bem pontuou o nobre Procurador de Justiça, que ora transcrevo excerto, por compartilhar do mesmo entendimento:

“Trata-se de Ação Penal movida em desfavor do paciente pela prática do crime descrito no artigo 217-A, do Código Penal. Após o oferecimento da Denúncia, foi-lhe decretada a prisão preventiva, com mandado de prisão expedido aos 08.03.2019, somente cumprido aos 14.08.2019, na Comarca de Bom Jesus/PI. *In casu*, ressei dos autos que o cumprimento da ordem judicial do Juízo de Novo Gama somente ocorreu em Bom Jesus PI, em razão da suposta fuga do paciente do distrito da culpa logo após a prática do crime, ocorrido no período de 2016/2018. Desse modo, não pode o paciente, agora, beneficiar-se de situação que ele mesmo deu causa. Vale ponderar que o lapso decorrido para a transferência do preso pode ser moroso, vez que as providências administrativas indispensáveis à remoção são onerosas e requerem tempo. Ressalta-se que esse procedimento só se fez necessário em razão da tentativa do paciente de furtar-se à aplicação da lei penal. *Ad argumentandum tantum*, não se evidencia descaso da autoridade judiciária no recambiamento do paciente que, ao contrário, está implementando as providências necessárias para a sua transferência; bem assim, encontra-se o feito regular, inclusive com realização de audiência de instrução e julgamento”. (movimentação 8).

Logo, como se vê, **o processo está tramitando regularmente, revelando a ausência de desídia da máquina judiciária, já tendo inclusive, não é por demais dizer, realizado audiência de instrução e julgamento no Juízo de origem, estando atualmente aguardando informação sobre a realização do interrogatório do paciente por meio de carta precatória, portanto não se vislumbra a existência de gravame a ser reparado** pela via mandamental.

Dessa forma, deve ser mantida a prisão do paciente, porquanto não restou configurado constrangimento ilegal a ser amparado pelo remédio heroico

[...]

Com efeito, vem de muito tempo o entendimento desta Corte de que a aferição do excesso de prazo para o encerramento da ação penal não se realiza de forma puramente matemática, reclamando um juízo de razoabilidade, com a consideração não só do tempo da prisão provisória, mas também das peculiaridades da causa e de quaisquer outros fatores que possam influir na tramitação do processo.

Na espécie, estou de acordo com o Tribunal estadual e com o parecer

ministerial no ponto em que asseveram que a demora decorre das peculiaridades do feito, mormente a expedição de inúmeras cartas precatórias e a necessidade de recambiamento do paciente para que seja interrogado, tendo-se destacado, ainda, a evasão do paciente do distrito da culpa logo após a prática do crime.

Assim, não se evidencia desídia da autoridade judiciária na condução do feito, a despeito das circunstâncias adversas, estando evidenciado nos autos que o Magistrado está dando impulso regular ao processo.

Nessa linha:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ ANALISADO POR ESTA CORTE EM OUTRO PROCESSO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA. SEIS RÉUS COM PROCURADORES DISTINTOS. CORRÉU QUE FOI PRESO EM OUTRO ESTADO. RECAMBIAMENTO. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO REALIZADAS. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Na hipótese, as alegações contidas no *habeas corpus* acerca da alegada ausência de fundamentação do decreto prisional são insuscetíveis de conhecimento, pois verifica-se o presente *mandamus* consubstancia mera reiteração de pedido, uma vez que o tema ora ventilado já foi objeto de análise por esta eg. Corte Superior, por ocasião do julgamento pela eg. Quinta Turma, do HC 474.684/SP, em 13/11/2018, o qual, por unanimidade, não foi conhecido. Precedentes.

III - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

IV - *In casu*, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão das peculiaridades da causa, que investiga crime de homicídio qualificado, com seis réus, com advogados distintos; seja pela complexidade do feito, evidenciada pela necessidade de expedição de cartas precatórias, bem como pelo fato de um dos corréus ter sido preso em outro estado da federação, estando demonstrado pelo d. juízo de origem que todos os esforços foram expendidos para o recambiamento do corréu, já tendo inclusive sido realizadas diversas audiências de instrução, com continuação para data próxima, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 520.336/SP, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Quinta Turma, DJe 16/10/2019)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. FUGA DO AGRAVANTE DO DISTRITO DA CULPA POR ANOS APÓS O FATO DELITUOSO.

INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

III - *In casu*, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão das peculiaridades da causa, que investiga crime de homicídio qualificado, seja em razão da fuga do agravante do distrito da culpa e o pedido de recambiamento. Portanto, não há qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito. Ademais, observa-se, em consulta ao sítio do Tribunal de origem (www.tjal.jus.br), que inúmeras diligências foram empreendidas no intuito de viabilizar o término da audiência de instrução e julgamento, dentre as quais destacam-se a tentativa de localização das testemunhas que mudaram de endereço e a expedição de cartas precatórias para viabilizar o interrogatório do Acusado diante da demora no recambiamento. Portanto, não há qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC n. 111.516/AL, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 25/6/2019)

Sob essa moldura, à vista dos precedentes supracitados e do parecer ministerial, **denego** a ordem, com recomendação ao Juízo de primeiro grau para que encerre a instrução criminal o mais brevemente possível.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator